



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Análise de Execução Orçamentária (4º Bimestre)
e Gestão Fiscal (2º Quadrimestre)**

Período: 1º de maio a 31 de agosto de 2021

Responsáveis:

**Prícilla Grazziotti Dalcamin Acerbi - Auditora de Controle Interno
Marcelo Ribeiro de Freitas - Controlador Geral**

Rua Presidente Vargas, 15 - Centro - Fundão - ES - CEP 29185.000 - Tel.: (27)
3267-2754 auditoria@fundao.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório gerencial é o mecanismo de acompanhamento e avaliação da Gestão no Município de Fundão, no período de Maio a Agosto de 2021, sendo considerado o 4º Bimestre de Execução Orçamentária (Julho e Agosto) e o 2º Quadrimestre de Gestão Fiscal (Maio a Agosto), conforme preceitos previstos na Lei Complementar 101/2002 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Visa demonstrar o desempenho do Município no desenvolvimento dos projetos e atividades previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de permitir verificar se os resultados previstos estão sendo alcançados, bem como fazer as devidas recomendações de ajustes, se for o caso, para a correta aplicação dos índices de obrigatoriedade constitucional, principalmente no que tange à Saúde e Educação.

Em obediência à referida lei, bem como às Resoluções e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, considerando a relevância da demonstração dos resultados obtidos, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas pactuadas e os resultados obtidos na condução das atividades propostas. As fontes de comprovação dos resultados aqui apresentados são os anexos da LRF, publicados até o dia 30/09/2021 no site e no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, podendo ser consultados a qualquer momento por qualquer cidadão interessado ou representantes de órgãos de controle e auditoria.

Ainda em consonância com a legislação pertinente, será apresentado o demonstrativo consolidado das receitas e despesas realizadas no período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. CONCEITOS GERAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, ou Lei Complementar 101/2002, regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal de 1988. É o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil, estabelecendo metas, limites e condições para gestão das Receitas e das Despesas e obrigando os governantes a assumirem compromissos com a arrecadação e gastos públicos. A LRF dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

A LRF trouxe uma importante contribuição para o ajuste fiscal, fazendo com que o gestor desenvolva uma política tributária responsável, cobrando, efetivamente os tributos de sua competência.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é o instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a observância dos limites fixados pela Lei.

O RGF traz os seguintes demonstrativos:

Demonstrativo da Despesa com Pessoal, onde a LRF determina o limite legal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Segundo a Lei, o limite desta despesa não pode ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas. Existe, ainda, o que chamamos de limite de alerta, que é 90% do limite legal (48,6%) e limite prudencial, que é 95% do limite legal (51,3%).

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido pelo Senado Federal para os Municípios é de 1,2 x RCL.

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, cujo objetivo visa assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros pelo Ente e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contragarantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

Demonstrativo das Operações de Crédito, cujo objetivo visa a assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente e a verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar visa a dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação.

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, que visam apresentar num único demonstrativo, de forma simplificada, todos os limites de comprometimento de que trata os Demonstrativos da Gestão Fiscal. Este relatório visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações, para fins de transparência.

O **Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)** é um conjunto de demonstrativos que dá amplas informações ao Executivo, Legislativo e à sociedade sobre a execução orçamentária e sua previsão. Dentre os demonstrativos, podemos destacar o da Receita



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Corrente Líquida (RCL) por ser base de cálculo para os relatórios de Gestão Fiscal.

O RREO traz os seguintes demonstrativos:

Balanco Orçamentário: permite verificar a capacidade de planejamento do município, ou seja, a comparação do que foi previsto e realizado nas receitas, bem como a comparação entre a despesa fixada e a despesa realizada. Destaca o refinanciamento da dívida mobiliária e o refinanciamento de outras dívidas. Discrimina a dotação inicial, os créditos adicionais, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas e liquidadas no bimestre e até o bimestre atual e o saldo a liquidar. Verifica, ainda, se houve superávit (Receita maior do que a Despesa) ou déficit (Despesa maior do que a Receita) orçamentário.

Execução das Despesas por Função e Subfunção: A função expressa o maior nível de agregação na Administração Pública nas diversas áreas de despesa que competem ao setor público. As subfunções representam uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Receita Corrente Líquida: Traz o somatório da receita corrente, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício, excluídas as duplicidades. Nos municípios, as deduções referem-se à retenção de 20% de algumas receitas bases de cálculo para a formação do FUNDEB.

Receitas e Despesas Previdenciárias: o objetivo deste demonstrativo é de assegurar a transparência das informações relacionadas às receitas e despesas previdenciárias do Ente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Resultados Primário e Nominal: O objetivo é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. É o demonstrativo da dívida consolidada do Município e as disponibilidades financeiras (saldo de fluxo de caixa e haver financeiro) e o Resto a Pagar como dedução destes. A diferença entre a dívida consolidada e as disponibilidades líquidas demonstra a dívida consolidada líquida do Município. O Resultado Nominal compara a dívida consolidada líquida atual do Município com a dívida consolidada líquida que iniciou o exercício, verificando a capacidade de endividamento do Município.

Resultado Primário: Representa o somatório das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas. O Resultado Primário é um valor não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras. Ou seja, indica se os gastos orçamentários do município são compatíveis com sua arrecadação.

Entende-se como Receitas Não Financeiras o total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito e aplicações financeiras. Como Despesas Não Financeiras o total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Restos a Pagar por Poder e Órgão: Apresenta os valores inscritos, pagos e a pagar. São as obrigações assumidas pelo Município e constam do Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: Apresenta os recursos públicos destinados à educação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

provenientes da receita resultante de impostos e transferências, constitucionais e legais, que, por força do Artigo 212 da Constituição Federal/88, formam a base de cálculo para aplicação do Índice da Educação e de receitas vinculadas ao ensino. Traz ainda as despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino por vinculação da Receita, as perdas ou ganhos nas transferências do FUNDEB (cumprindo os limites constitucionais) e as despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por subfunção. O Município tem que destinar pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério e, no mínimo, 25% das Receitas - IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Multas de Impostos, Dívida Ativa de Impostos, Multa de Dívida Ativa de Impostos (Receitas de Competência Municipal) e FPM, ITR, ICMS Desoneração, ICMS, IPI, IPVA (Receitas de Competência Federal e Estadual) - com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital: A finalidade do Anexo é demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro, ou seja, a vedação constitucional da realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Os recursos de operações de crédito serão considerados pelo total ingressado no exercício financeiro.

Projeção Atuarial do Regime de Previdência: O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência à projeção atuarial do regime de previdência no longo prazo, ou seja, para avaliação se os recursos alocados são suficientes para a garantia dos pagamentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dos benefícios previstos pelo plano. Essa avaliação é importante para dimensionar o impacto fiscal no ente da necessidade de financiamento do regime de previdência.

Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos: O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, com vistas à preservação do patrimônio público. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social, e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: Todo o gasto do município em ações e serviços públicos de saúde, financiado com recursos próprios, apurados para fins de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucionalmente estabelecido (EC 29). O percentual mínimo a ser aplicado é de 15% do total da receita de impostos e transferências constitucionais e legais - IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Multas de Impostos, Dívida Ativa de Impostos, Multa de Dívida Ativa de Impostos (Receitas de Competência Municipal) e FPM, ITR, ICMS Desoneração, ICMS, IPI, IPVA (Receitas de Competência Federal e Estadual).

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária: visa evidenciar de forma simplificada, e em um único demonstrativo, as informações completas que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

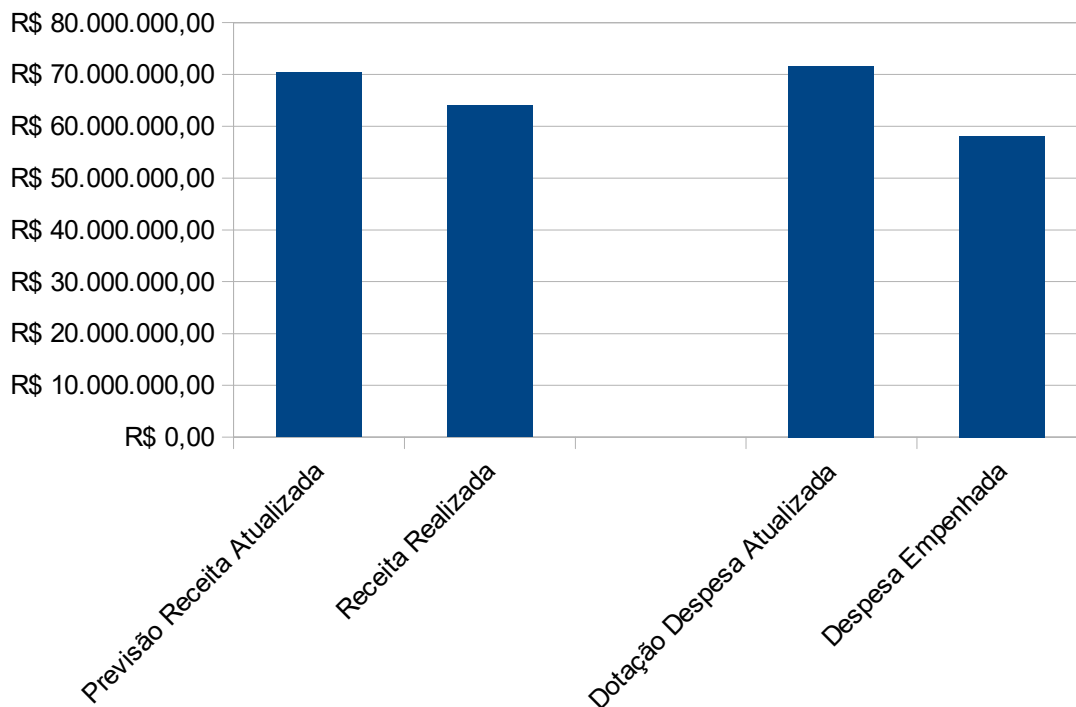


PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cumprido destacar que os limites exigidos são anuais, podendo, portanto, apresentar-se em determinados períodos com percentuais superiores ou inferiores aos exigidos para o ano.

3. ANÁLISE DOS DADOS DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO, APRESENTADOS NOS ANEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao analisarmos os dados apresentados, verificamos no Balanço Orçamentário que houve um Superávit Orçamentário, ou seja, as Receitas foram maiores do que as Despesas Empenhadas no período, obtendo um resultado superavitário de **R\$ 5.845.711,03** (Receita Realizada menos Despesa Empenhada).





PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cabe ressaltar o montante da Receita Intra Orçamentária, cujo montante já ultrapassou o previsto em R\$ 1.427.653,29, evidenciando equilíbrio das contas públicas.

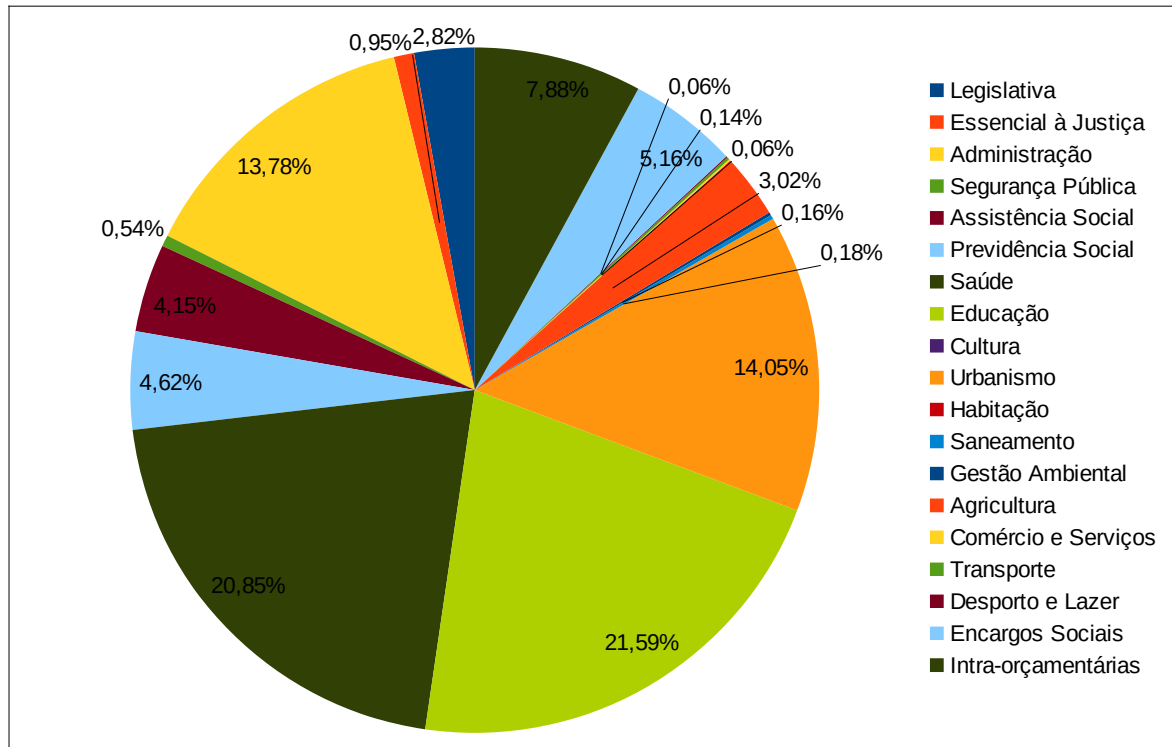
Nas Despesas por Função/Subfunção, observamos que Município tem investido em áreas importantes. Até o 4º Bimestre foram gastos, por exemplo, R\$ 10.179.157,53 em Saúde (que correspondem a 20,85% do total das despesas liquidadas no período); R\$ 10.540.851,86 foram gastos em Educação (que correspondem a 21,59% do total das despesas liquidadas no período); e em Urbanismo foi investido R\$ 6.857.676,00 (que correspondem a 14,05% do total das despesas liquidadas no período).

Nesse contexto, de função/subfunção, verifica-se que, num total de despesas realizadas no Município até o período, em torno de R\$ 48 milhões de despesas efetivamente liquidadas, foram gastos os percentuais abaixo, destacando-se os investimentos e gastos em Educação e Saúde. Alertamos apenas para a necessidade de realização de políticas públicas que possam adequar os percentuais aplicados nos programas previstos na LOA, de forma a manter consonância com o planejamento de investimento feito através do PPA e da LDO.

Dando uma atenção especial aos gastos mais relevantes com Educação, destacamos uma despesa no montante de R\$ 5.841.546,55 com o Ensino Fundamental (em torno de 62,75% do previsto para o ano) e de R\$ 3.022.246,02 com o Ensino Infantil (pouco mais de 58,56% previsto para o ano); e na Saúde destacamos que foi gasto na Atenção Básica cerca de R\$ 4.123.408,78 (cerca de 86,5% do previsto para o ano).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



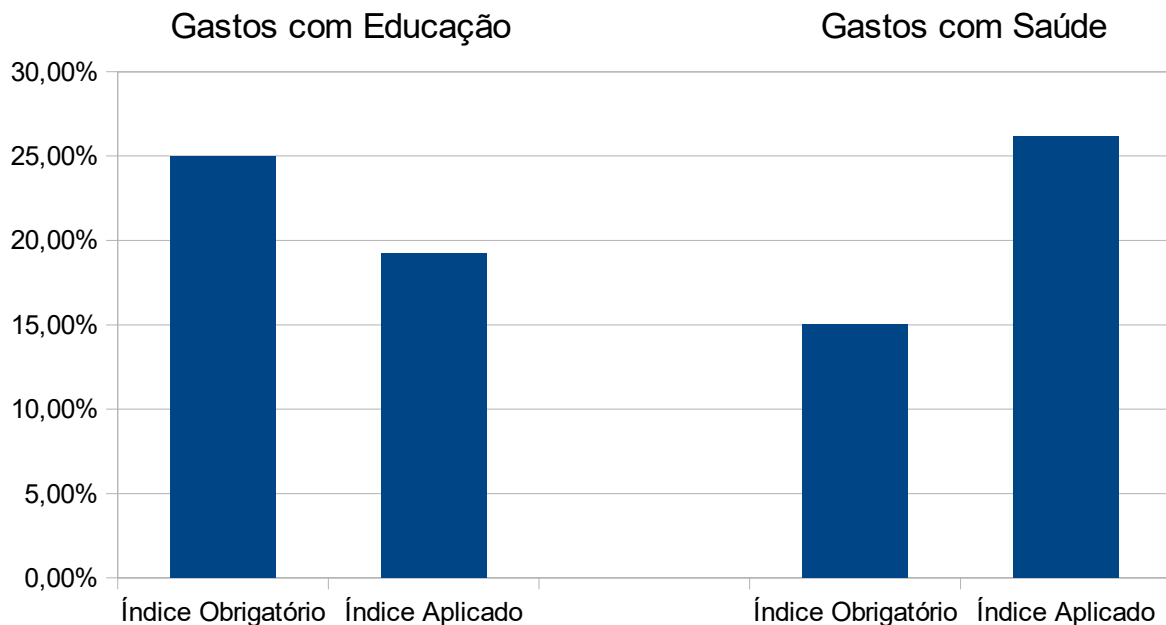
O relatório das receitas e despesas previdenciárias mostram que o RPPS atingiu até o 4º Bimestre o total de Receitas Correntes o valor de R\$ 5.244.814,24, superando o previsto para o exercício em R\$ 1.351.314,24.

O percentual aplicado na Educação, em atenção ao artigo 212 da CF, até o momento é de cerca de **19,22%**, inferior aos 25% obrigatórios e na Saúde, em atenção a EC 29, cerca de **26,14%**, sendo superior ao percentual obrigatório (15%). Quanto ao cumprimento desses índices, a administração encontra-se em déficit no índice da Educação, e por isso recomendamos a averiguação dos mesmos para que esses se mantenham em níveis satisfatórios e dentro das exigências legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lembrando que os limites exigidos são anuais, podendo, portanto, apresentar-se em determinados períodos com percentuais inferiores ou superiores aos exigidos para o ano.



A meta das receitas primárias para o 2º Quadrimestre é de R\$ 48.810.831,76, e a mesma atingiu o montante de **R\$ 58.703.382,00**. A meta das despesas primárias é de R\$ 45.215.743,55, e atingiu até o 2º Quadrimestre o valor de **R\$ 43.045.671,27**. Esse resultado indica o equilíbrio nas contas públicas.

Quanto ao Resultado Nominal, cujo objetivo é a evolução da Dívida Fiscal Líquida, verificando a capacidade de endividamento do Município, conclui-se que o Município está numa situação confortável, com suas finanças equilibradas, de forma que lhe é permitido realizar empréstimos e financiamentos em casos de necessidade, o que não se verifica haja vista o montante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

disponível em caixa. Vale ressaltar que chegamos a essa conclusão observando o resultado positivo do Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal. Até o período o Resultado Nominal - Acima da Linha é de R\$ 16.707.502,86, o que, neste caso, é um resultado satisfatório quando comparado a meta anual de R\$ R\$ 6.444.139,67.

A análise do Resultado Primário também nos leva a concluir que o Município tem cumprido as metas. Até o período o Resultado Primário - Acima da Linha é de R\$ 16.113.541,90, o que, neste caso também é um resultado satisfatório se comparado a meta prevista de R\$ 5.392.632,32.

4. DEMONSTRATIVO RESUMIDO - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Anual | Segundo Quadrimestre |
|--|----------------------|---------------------------------|
| RECEITAS | | |
| Previsão Inicial da Receita | R\$ 66.935.000,00 | |
| Receitas Realizadas | | R\$ 63.931.936,30 |
| DESPESAS | | |
| Dotação Inicial | R\$ 66.935.000,00 | |
| Dotação Atualizada | | R\$ 71.604.761,90 |
| Despesas Empenhadas | | R\$ 58.086.225,27 |
| Despesas Liquidadas | | R\$ 48.817.805,94 |
| Superávit Orçamentário | | R\$ 5.845.711,03 |
| VALORES E PERCENTUAIS APLICADOS NA EDUCAÇÃO | | |
| | VALOR | % |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | R\$ 5.690.561,80 | 19,22% |
| Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na | R\$ | 64,33% |



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

| | | |
|--|---------------------|----------|
| Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 6.280.445,37 | |
| VALORES E PERCENTUAIS APLICADOS NA SAÚDE | | |
| | VALOR | % |
| Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde | R\$ 7.520.856,48 | 26,14% |

5. ANÁLISE DOS DADOS DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO, APRESENTADOS NOS ANEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - GESTÃO FISCAL

É importante a análise do Relatório de Gestão Fiscal, principalmente no que tange as Despesas com Pessoal, para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, conforme o inciso I do Art. 63 da LRF, é facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes publicarem os demonstrativos do RGF semestralmente, e por isso essa análise não contempla esses relatórios no 4º Bimestre.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório procurou analisar se o Município tem cumprido as metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como o cumprimento dos índices constitucionais obrigatórios e os determinados pela própria LRF, o que, de modo geral, foi verificado conforme demonstrado nos quadros dos Anexos. A publicação dos anexos foram realizadas no Diário Oficial dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Municípios e disponibilizados no site <https://fundao-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=4>.

Reiteramos a recomendação de ajuste ou adequação a ser feita nos índices da Educação, uma vez que se encontram abaixo do estabelecido pela legislação. Aos demais índices, o Município vem cumprindo satisfatoriamente as metas previstas, estando seu orçamento e suas finanças equilibradas, de forma que o gestor possa continuar com as ações conforme as suas previsões.

Vale, ainda, ressaltar a necessidade de manter as Despesas em sintonia com a Receita arrecadada, para que prevaleça o equilíbrio das contas públicas. É necessário observar esse comportamento (Receita Arrecada x Despesas Realizadas) para evitarmos futuras medidas de adequação.

Fundão/ES, 26 de outubro de 2021.

Marcelo Ribeiro de Freitas
Controlador Geral

Prícilla Graziotti Dalcamin Acerbi
Auditora de Controle Interno